

Nota Informativa

Edição 065/2023

DESTAQUES

Baigorri defende papel Anatel como entidade autônoma e diz que órgão já participa do combate às fake news

ANPD disputa com Anatel para fiscalizar Lei das Fake News

PL das Fake News: Orlando Silva entrega relatório; leia a íntegra e principais pontos

ANPD afirma que PL das Fake News pode conflitar com atribuições

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conselheiro da ANATEL, Alexandre Freire visita Consulado-Geral do Brasil em Milão

IoT monitora extração e chegada ao porto

Entidades da sociedade civil e acadêmicas defendem órgão novo para regular plataformas

MCTI e RedeClima debatem estratégias para ampliar acesso dos tomadores de decisão às informações científicas

Internet 5G está presente em mais de 80 cidades do país

Comissão debate aplicação de recursos dos fundos de ciência e tecnologia

Sondagem aponta queda em investimentos em digitalização no 1º trimestre de 2023

Brasil chega à marca de 1 computador por habitante

A expansão da conectividade para viabilizar o mercado de IoT

Cenário e desenvolvimento de IoT no Brasil

REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy detalha pontos da Reforma em evento do Consórcio Nordeste

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ministério da Gestão participa de debate na Câmara sobre transformação digital

INPI divulga Plano de Ação 2023 com metas e projetos

Governo atualiza regra de transição para nova Lei de Licitações

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo Central acumula superávit primário de R\$ 31,40 bilhões no primeiro trimestre

Receita vai dar prazo para empresas regularizem pagamento de impostos após decisão do STJ

Inflação na indústria fica em -0,66% em março

Recursos do BID bancarão mecanismo garantidor para financiamento de PPPs

EDUCAÇÃO

MEC retoma investimentos para melhorar educação

JUDICIÁRIO

FGTS: incerteza sobre votação no STF trava pacote de incentivos ao setor de construção

Prorrogado para 7 de maio prazo para envio de propostas de enunciados à I Jornada de Direito da Seguridade Social

Página de Repetitivos e IACs Anotados inclui julgados sobre CSLL e IR

POLÍTICA

Relator da nova âncora fiscal deve entregar parecer na segunda semana de maio

Relator protocola parecer do PL das Fake News

Comissão aprova projeto que facilita parcelamento de débito de microempresa com o Simples

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula 3 busca equilíbrio entre novo cenário global e questões internas para avançar agenda de política externa

DESTAQUES

Baigorri defende papel Anatel como entidade autônoma e diz que órgão já participa do combate às fake news

Poder Executivo | 27/04/2023 – 21h50min

O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, defendeu mais uma vez, em entrevista concedida à TV Bandeirantes na quinta-feira, 27, o papel da agência como entidade autônoma de supervisão no PL das Fake News. Para Baigorri, a função da Anatel é de fiscalização, acompanhamento e eventual sancionamento de empresas de plataformas digitais que não cumprirem o que estiver previsto na lei. O presidente da Anatel justificou a defesa afirmando que o órgão que preside já regula plataformas e combate a desinformação por conta da atuação no período eleitoral. "Quando o Congresso Nacional estabelece uma série de obrigações para essas plataformas é necessário que algum órgão do Estado exerça poder de polícia para garantir que as regras sejam cumpridas", afirmou. "Nossa visão é que precisa haver um órgão regulador – cuja existência já está prevista no projeto de lei. O que eu tenho colocado publicamente é que na administração pública brasileira, atualmente, a Anatel é o órgão mais apto para assumir essa responsabilidade e garantir que a lei que vier a ser aprovada em decorrência do PL das Fake News seja efetivamente cumprida por essas empresas", disse Baigorri. (Vale notar que após as declarações de Baigorri, foi publicada versão final do [PL 2.630](#) sem a previsão de um regulador) Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD disputa com Anatel para fiscalizar Lei das Fake News

Poder Executivo | 28/04/2023

O [Projeto de Lei 2630/20](#), mais conhecido como PL das Fake News, disparou uma curiosa competição em Brasília sobre quem terá poder para fiscalizar e aplicar multas às plataformas digitais que desrespeitarem as regras. Com bom trânsito no Congresso Nacional, a Anatel saiu na frente nessa corrida. Mas na reta final, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados aparece como alternativa. A Anatel tem usado alguns trunfos para se posicionar como favorita. E dois deles são fortes: um corpo técnico muito qualificado e o fato de já existir de fato e de direito, com orçamento e estrutura espalhada pelo país. Um terceiro fator é a capacidade de articulação de seu presidente, Carlos Baigorri, que nas últimas semanas não perde oportunidade para defender a agência como a mais preparada para assumir o posto de entidade autônoma de fiscalização. "A Anatel é o órgão mais adequado para fazer isso na estrutura burocrática do Estado brasileiro. Ninguém vai criar uma Verdadebrás, onde um conjunto de burocratas vai dizer o que é discurso de ódio, o que é desinformação. É muito mais uma lógica de exigir políticas de moderação, de relatórios que devem ser publicados. E isso é algo que, com bastante facilidade e presteza, conseguiríamos colocar de forma operacional e funcionando no dia seguinte que a Lei for sancionada. A gente não precisa constituir um quadro de servidores, constituir sistemas, constituir uma personalidade jurídica. Tudo isso já está operacional e funcionando, com mais de 750 fiscais espalhados pelas 27 capitais brasileiras", defende Baigorri. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PL das Fake News: Orlando Silva entrega relatório; leia a íntegra e principais pontos

Poder Legislativo | 27/04/2023 – 21h24min

O deputado Orlando Silva, relator do PL das Fake News, entregou na tarde da quinta-feira, 27, o relatório do projeto. [Leia a íntegra](#). Apesar de a ideia inicial ser a criação de um órgão autônomo, a proposta não era bem recebida por parlamentares da direita, que diziam temer algum tipo de influência do atual governo na regulação sobre fake news. Os principais pontos do relatório são: torna obrigatória a moderação de conteúdo na internet para que sejam identificadas, excluídas, ou sinalizadas postagens e contas com conteúdo considerado criminoso; Big techs: redes sociais, ferramentas de busca e aplicativos de mensagens terão de analisar conteúdos considerados ilegais, avaliar riscos sistêmicos dos

seus algoritmos e se submeter a auditoria externa; aplicativos de mensagens deverão limitar a distribuição massiva de mensagens; remuneração de empresas jornalísticas: A remuneração a não deve onerar o usuário final que acessa e compartilha sem fins econômicos os conteúdos jornalísticos; parlamentares terão imunidade também para conteúdos postados por eles nas redes sociais; as empresas deverão impedir o acesso de crianças, verificar a idade dos usuários e vetar a coleta de dados pessoais para perfis comportamentais deste público. Fonte: Exame

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD afirma que PL das Fake News pode conflitar com atribuições

Poder Executivo | 27/04/2023 – 20h28min

Em estudo divulgado na tarde de quinta-feira, 27, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) afirma haver uma sobreposição de atribuições na área de proteção de dados e privacidade que a proposta que está sendo discutida na Câmara dos Deputados do projeto de lei [2.630/2020](#), conhecido como PL das Fake News, endereça para a entidade autônoma de supervisão prevista no texto. O estudo preliminar pode ser [consultado aqui](#).

Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Conselheiro da ANATEL, Alexandre Freire visita Consulado-Geral do Brasil em Milão

Poder Executivo | 28/04/2023 – 15h35min

O conselheiro diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Alexandre Freire fez uma visita institucional ao Consulado-Geral do Brasil em Milão na sexta-feira, 28 de abril. Ele foi recebido pelo embaixador Hadil da Rocha-Vianna e pelo ministro Luiz Maria Pio Corrêa. Na oportunidade, os três conversaram sobre as possíveis parcerias entre o Centro de Altos Estudos em Telecomunicações (Ceatel) e o Consulado para apoio a projetos e eventos de promoção de temas relacionados às telecomunicações. De acordo com o conselheiro, o estreitamento de laços com o Consulado permite a abertura de mais um canal internacional para a Anatel e o Ceatel, como parcerias culturais e promoção de eventos culturais dentro desse novo ecossistema digital, a exemplo de webinars com instituições de Milão, Verona, Torino e Bolonha. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

IoT monitora extração e chegada ao porto

Mercado | 28/04/2023 – 05h06min

O monitoramento da produção mineral, da extração na mina à chegada ao porto, consome investimentos em infraestrutura de rede para dar suporte à automação de toda a linha operacional. O ambiente hostil da mina ampliou o uso de tecnologias que conectam caminhões autônomos, escavadoras, esteiras transportadoras de minérios, iluminação, elevadores e sensores de qualidade do ar. Os processos são conectados a uma rede no conceito de internet das coisas (IoT, na sigla em inglês) para acompanhar o transporte do minério até embarque no porto. Redes 4G e, no futuro, redes privadas de quinta geração, dão suporte à infraestrutura de empresas como a Vale no monitoramento de barragens. Uma rede 4G/LTE conecta sensores que supervisionam as barragens em Itabira (MG). As estruturas são monitoradas de um centro de monitoramento geotécnico (CMG). Os instrumentos de monitoramento que ficam nessas estruturas são conectados por rádio ou fibra óptica. Os dados são enviados ao CMG. A rede 4G LTE privada em Itabira tem uma terceira via de conectividade que funciona como backup: se o rádio sofre interferência, os

dados são enviados via fibra óptica e, no caso de falha, por meio de uma rede LTE privada.

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Inovação, tecnologia e atividades 'mão na massa' ajudam a revolucionar salas de aula

Mercado | 28/04/2023 – 00h01min

A professora que foi reconhecida mundialmente por fazer robótica com sucata não para. Debora Garófalo quer transformar a educação pública brasileira por meio da tecnologia e da inovação. Ela se emociona ao se lembrar da realidade de seus alunos da periferia de São Paulo e conta como foi difícil a decisão de deixar o chão da escola para se tornar gestora na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, em 2019. No início deste ano, Debora passou a ocupar o cargo de diretora de inovação na empresa Multirio, vinculada à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, e está responsável por implementar e liderar políticas públicas inovadoras na cidade. “Nunca quis me candidatar nem para ser coordenadora ou diretora de escola. Minha ‘praia’ sempre foi a sala de aula. Mas os meus alunos foram muito mais maduros do que eu e falaram: ‘Não é justo que o trabalho que você fez fique só nessa escola. Você tem oportunidade de levá-lo para 3,7 milhões de estudantes [número de matrículas na rede estadual de SP]’. E eu fui com a missão de transformar o meu trabalho em uma política pública”, conta Debora, ao lembrar sua primeira incursão como gestora. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Entidades da sociedade civil e acadêmicas defendem órgão novo para regular plataformas

Mercado | 27/04/2023 – 17h10min

Organizações da sociedade civil e entidades acadêmicas organizadas na Sala de Articulação contra a Desinformação (SAD), apresentaram na quarta-feira, 26, documento com seis pontos de consenso sobre a regulação de plataformas digitais no Brasil. O documento assinado por 100 organizações defende regulação de plataformas digitais e criação de um órgão regulador independente do governo, sem vínculo com atuais órgãos existentes, como a Anatel, por exemplo. De acordo com o documento, construído ao longo de diversas reuniões da SAD e aprofundado em um encontro presencial realizado em São Paulo no final de março deste ano, instituir um novo marco regulatório é necessário para promover um espaço digital mais democrático e para a garantia plena da liberdade democrática dos cidadãos e cidadãs no ambiente digital. Os signatários destacam que, para construir um ambiente digital democrático, seguro e saudável, é indispensável aumentar exigências de transparência, exigir obrigações específicas para violência política e desinformação socioambiental, pensar em ações de educação midiática, responsabilizar as plataformas por conteúdo impulsionado e avançar para a regulação econômica. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MCTI e RedeClima debatem estratégias para ampliar acesso dos tomadores de decisão às informações científicas

Poder Executivo | 27/04/2023 – 15h38min

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) reuniu na quinta-feira (27), em Brasília, os pesquisadores da Rede CLIMA (Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais) e representantes de diversas pastas ministeriais para apresentar as iniciativas que estão em curso na área de ciência climática e debater propostas para aprimorar a articulação interinstitucional com o objetivo de que a produção científica seja colocada à disposição e efetivamente utilizada pelos tomadores de decisão,

em especial da esfera pública. Participaram representantes do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMAMC), Casa Civil da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ipea, Fiocruz, Cemaden, e os cientistas coordenadores das 17 subredes da RedeClima. “A Rede Clima congrega a excelência das mudanças climáticas no Brasil. Fazer essa reunião aqui, na sede do Ministério, é uma demonstração de que a ciência das mudanças climáticas passa a ser uma ferramenta importante para os tomadores de decisão”, explicou o diretor para o Clima e Sustentabilidade do MCTI, Osvaldo Moraes. “Queremos estabelecer estratégias de maneira que o conhecimento científico possa ser disponibilizado para aquelas pessoas que usam a informação e também para os negociadores brasileiros nas agendas internacionais”, complementou. O coordenador-geral de Clima e Sustentabilidade do MCTI, Márcio Rojas, atualizou as ferramentas do ministério e as recentes ações na área, como as plataformas AdaptaBrasil, Sirene e Sinapse, e os novos projetos, em especial a expectativa para o início da Quinta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima e o trabalho para estruturar uma nova plataforma nacional que concentrará dados sobre mudanças climáticas. A execução de ambos conta com financiamento internacional por meio do Fundo Global de Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). Fonte: ASCOM MCTI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Internet 5G está presente em mais de 80 cidades do país

Poder Executivo | 27/04/2023 – 23h03min

Mais de 80 cidades do país já estão com internet 5G. O número engloba as 27 capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes, conforme informou na quinta-feira (27) o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, o ministro disse que mais 282 cidades passaram a ter a Faixa de 3,5 GHz liberada para implementar o serviço. A liberação da faixa não implica na instalação imediata das redes do 5G nas localidades. Essa é uma das etapas do cronograma de instalação. “A Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] informou nesta semana a limpeza da faixa de 282 cidades. Logo que isso acontece, significa que os municípios estão aptos para que as operadoras implantem o 5G. Lembrando que a implantação depende do time das operadoras. Elas têm um cronograma de compromissos através do leilão”, explicou. O Ministério das Comunicações estima que, até o final do semestre, aproximadamente 1,6 mil cidades tenham sido liberadas para receber a infraestrutura da rede 5G. Juscelino Filho informou que a partir de julho deste ano as cidades com o serviço passarão a ter uma antena a cada 50 mil habitantes. Atualmente, as antenas instaladas atendem a cada 100 mil habitantes. “Essa infraestrutura que carece de muito investimento e vai melhorando a qualidade do serviço de 5G nesses municípios. Ao mesmo tempo, vai instalando nos municípios de menor porte a partir de um cronograma”, afirmou. A previsão é de cobertura total do país até 2019. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão debate aplicação de recursos dos fundos de ciência e tecnologia

Poder Legislativo | 27/04/2023 – 16h32min

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados realiza audiência pública na quarta-feira (3) sobre a aplicação de recursos pelos fundos de ciência e tecnologia. O debate será realizado às 10 horas, no plenário 13. A deputada Luisa Canziani (PSD-PR), que pediu o debate, lembrou que o Brasil conta com um sistema bastante robusto de incentivo à pesquisa, mas que sempre sofreu com a falta de recursos derivada, sobretudo, dos constantes contingenciamentos de fundos como FNDCT e Funttel. Segundo ela, em 2021 o setor finalmente, após décadas de pleitos, conseguiu a aprovação da Lei Complementar 177/21, que alterou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei

11.540/07, para proibir qualquer tipo de corte de recursos do FNDCT. A matéria chegou a ser parcialmente vetada, e foi ainda objeto de novas tentativas de flexibilização. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sondagem aponta queda em investimentos em digitalização no 1º trimestre de 2023

Mercado | 27/04/2023

Baseada em dados coletados até março de 2023, a Sondagem Trimestral realizada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta retração em investimentos realizados em digitalização das empresas brasileiras. Em comparação com o último trimestre de 2022, o indicador que envolve todo o espectro empresarial teve redução de 2 pontos. Entre as micro e pequenas empresas (MPEs), o cenário é mais preocupante, com queda de 7,4 pontos nos investimentos realizados e redução de 111,2 para 109,7 pontos em investimentos previstos. Nos dois cenários, as empresas encontram muita dificuldade no acesso a recursos e são diretamente afetadas pela taxa de juros elevada. Com a cautela sendo a principal estratégia, a sondagem aponta que apenas 11,9% das MPEs entrevistadas aumentaram investimentos em digitalização, enquanto 54,6% não alteraram os investimentos e 28,6% não investiram nada na transformação digital, dado bem maior do que o da média nacional (18,4%), se considerarmos o setor empresarial como um todo. Inclusive, 5% das entrevistadas disseram ter reduzido esforços em melhorias digitais. Fonte: ABDI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil chega à marca de 1 computador por habitante

Mercado | 27/04/2023

A base ativa de computadores em uso no Brasil foi de 211 milhões em dezembro de 2022 e vai atingir 215 milhões em maio de 2023 – o que significa que o Brasil chegará a marca de 1 computador por habitante. Entre os PCs, os notebooks lideram (são 42% do total), seguidos pelos desktops (40%) e tablets (18%). Esse desempenho vem mesmo na sequência de um desempenho ruim das vendas no ano de 2022, quando registrou-se queda de 11% - foram 12,4 milhões de unidades vendidas. “Apesar do cenário nebuloso, estima-se em 2023 um crescimento perto de 10%”, segundo aponta a 34ª edição da Pesquisa Anual do sobre o Mercado Brasileiro de TI e Uso nas Empresas, divulgada na quinta (27), pelo Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGVcia). Segundo o estudo, historicamente, o preço de um micro padrão, em reais, diminuiu em média 4% ao ano nos últimos 35 anos, e em dólares caiu quase 10% ao ano nos últimos 35 anos, oscilando entre quedas de 0% a 30% no ano. Caiu de R\$ 6 mil para R\$ 1,6 mil em 2012 e ficou estável em torno desse valor até meados de 2023 para um computador de entrada padrão – equipamentos que tiveram recursos e capacidades crescentes a cada ano. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

A expansão da conectividade para viabilizar o mercado de IoT

Mercado | 27/04/2023

No segundo dia do IoT Business Forum , promovido pela TI INSIDE na quarta-feira, 26, em parceria com a ABINC, o tema conectividade foi destaque, pois ela é o pilar essencial para viabilizar o crescimento da hiperconectividade, base para o desenvolvimento de novos negócios e soluções inovadoras. Como explicou Gustavo Zarife, Country Manager Brazil da Everynet, a expansão das aplicações do IoT está saindo das fases piloto para o deployment e com isso o rastreamento de ativos, utilities, por exemplo, ganham corpo

fundamental na expansão da conectividade que está sendo puxada pela demanda. Explicou que movimento global hoje converge para a expansão da conectividade, uma vez que os ciclos estão se completando, especialmente dos projetos e agora ganham vulto e estão aderente às tecnologias proporcionadas pelo 5G, nano satélites e outros, e agora já existe mais demanda e com isso, naturalmente a expansão vem a reboque. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cenário e desenvolvimento de IoT no Brasil

Mercado | 27/04/2023

Teve início na terça-feira, 25, sétima edição do IOT Business Forum 2023, promovido pela TI IINSIDE, que esse ano teve apoio da ABINC, com o objetivo de discutir as iniciativas necessárias para o desenvolvimento de Internet das Coisas (IoT) no Brasil e quais as perspectivas para expansão do mercado, além dos principais desafios técnicos, comerciais e regulatórios para sua viabilização. Paulo José Spacca, presidente da ABINC – Associação Brasileira de Internet das Coisas falou sobre a atuação da entidade no Brasil junto a sociedade civil e governo, bem como seu impacto no mercado e na educação. Explicou que Internet das Coisas, por princípio, não é uma tecnologia e sim um conjunto de tecnologias que recebe o nome de IoT, porque ela parte do princípio que por meio de um device (sensores) se possa coletar dados que são enviados pela internet, passam por uma nuvem, um repositório e enfim são analisados, gerando informações para o negócio. "Então com esse conjunto de passos é possível fazer este dado virar uma informação para o negócio ao que chamamos de Internet das Coisas, porque tem várias coisas conectadas, como por exemplo, o sensor de uma máquina ou sensor de um equipamento de agro". Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy detalha pontos da Reforma em evento do Consórcio Nordeste

Poder Executivo | 28/04/2023 – 15h32min

O secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, participou na sexta-feira (28), de evento promovido pelo Consórcio Nordeste, em João Pessoa, no qual foram debatidos os principais pontos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, da Câmara Federal – que, assim como a PEC 110/2019, do Senado, conta com o apoio do governo federal. Realizado pela manhã, no Centro de Convenções da capital paraibana, o encontro reuniu governadores, o secretário Appy; o coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, deputado Reginaldo Lopes; o relator da matéria, deputado Aguinaldo Ribeiro; além de outros parlamentares membros do Grupo de trabalho e de representantes do setor produtivo. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, também participou do evento. Ele assegurou que a Reforma Tributária será votada no plenário da Câmara antes do recesso parlamentar, que começa em 17 de julho. Anfitrião do encontro, o governador da Paraíba, João Azevêdo, foi o primeiro a falar, seguido do presidente Arthur Lira, do secretário Bernard Appy e dos deputados Reginaldo Lopes e Aguinaldo Ribeiro. Pontos essenciais da Reforma Tributária, como o princípio da tributação no destino, a não cumulatividade e a base ampla de incidência – algumas das principais características do Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA), proposto nas duas PECs – foram destacados nas exposições realizadas na primeira parte do evento. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ministério da Gestão participa de debate na Câmara sobre transformação digital

Poder Executivo | 28/04/2023 – 15h55min

Os secretários do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos Francisco Gaetani, da Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado e Rogério Mascarenhas, da Secretaria de Governo Digital, participaram da reunião do Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados destinado a discutir as alternativas digitais sobre tributação e desburocratização. O deputado Arnaldo Jardim (Cidadania – SP) e a deputada Carol Dartora (PT-PR) mediarão o debate, que ocorreu na última terça-feira (25/4). A reunião teve como tema a execução da transformação digital da Administração Pública brasileira, com objetivo de dar um balanço sobre o que é iniciativa do governo federal e o que é ação de governos estaduais referentes a políticas de administração tributária. O secretário Rogério Mascarenhas apresentou as estratégias do governo digital para aumentar a efetividade das políticas públicas e resgatar a confiança dos brasileiros. “O GOV.BR é uma marca de estado e que o cidadão tem como referência. Ele olha para a marca e identifica a busca de serviço público digital. São mais de 147 milhões de contas GOV.BR, e nos últimos três meses conseguimos avançar 20% na qualificação das contas, sendo 65 milhões de contas Prata e Ouro”, salienta. O secretário reforçou um governo digital centrado no cidadão. “Até o final do ano, a ideia é que a Secretaria de Governo Digital formule de forma participativa com estados e municípios a Estratégia Nacional de Governo Digital, com orientações, princípios que devem ser utilizados pelos entes em sua política de transformação digital”, reforça. A reunião do Grupo de Trabalho sobre alternativas digitais de tributação e desburocratização faz parte da agenda do colegiado que tem 90 dias para se debruçar sobre soluções para simplificar a vida do cidadão, com previsão para conclusão de seus trabalhos até o dia 13 de julho. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

INPI divulga Plano de Ação 2023 com metas e projetos

Mercado | 27/04/2023 – 16h52min

No dia 27 de abril, o INPI tornou público o seu Plano de Ação 2023 por meio da Portaria/INPI/PR nº 15. O documento apresenta o recorte anual dos indicadores de desempenho e suas metas, assim como os projetos definidos para o primeiro ano de execução do Plano Estratégico 2023-2026. Dentre os projetos estratégicos de destaque, estão a automação do fluxo de patentes, a revisão dos procedimentos de exame de marcas, a conformidade da qualidade do exame e a operacionalização do Acordo Haia. Não menos importantes e com alto grau de impacto, a modernização tecnológica, a recomposição da força de trabalho, a implementação da política de preços e a adoção de modelo de excelência da gestão serão foco do Instituto para o alcance dos resultados previstos para o período. No entanto, o Plano reforça a limitação orçamentária como o desafio imediato a ser superado, visto que o orçamento de despesas discricionárias na Lei Orçamentária Anual (LOA 2023) é de apenas R\$ 52 milhões, montante insuficiente para fazer frente aos compromissos já assumidos com despesas contratadas para o ano. Fonte: ASCOM INPI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo atualiza regra de transição para nova Lei de Licitações

Poder Executivo | 27/04/2023

O Ministério da Gestão publicou na quinta, 27/4, uma nova portaria para ajustar as regras de transição para a nova lei de licitações (Lei 14.133/20). Trata-se, essencialmente, de corrigir os parâmetros à decisão, materializada na Medida Provisória 1167/23, de adiar a vigência da Lei 8.666/93 até 30 de dezembro deste 2023. Um detalhe significativo da nova

portaria é o cronograma para publicações de editais neste período. Notadamente, implica que no caso de licitações realizadas pelo portal de compras do governo federal, os editais devem ser inseridos até 28 de dezembro e publicados no Diário Oficial da União até 29 de dezembro. Outros dois pontos merecem atenção dos gestores públicos. A portaria prevê que “as atas de registro de preços regidas pelo Decreto nº 7.892/13, durante suas vigências, poderão ser utilizadas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública federal, municipal, distrital ou estadual, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, observados os limites previstos no referido Decreto”. Significa dizer que, ao menos em tese, ainda será possível inserir caronas nos RPs até algum momento já em 2025. Afinal, se o edital sair só em dezembro, até a realização efetiva do pregão e a assinatura da ata já será 2024, e a regra no Decreto 7892/13 é de validade de 12 meses, período em que podem ser incluídos caronas. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Governo Central acumula superávit primário de R\$ 31,40 bilhões no primeiro trimestre

Mercado | **28/04/2023 – 14h56min**

O resultado primário do Governo Central — Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central — foi superavitário em R\$ 31,40 bilhões no primeiro trimestre de 2023. É o melhor resultado para os três primeiros meses de um novo mandato desde 2015, destacou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, na tarde da quinta-feira (27), em entrevista coletiva na qual foi apresentado o relatório do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) de março de 2023. Considerando somente o mês de março, houve déficit de R\$ 7,08 bilhões, refletindo diferença entre receita líquida de R\$ 145,36 bilhões e despesa total de R\$ 152,45 bilhões no período. O Tesouro destaca que o resultado ficou acima da mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda, que indicava um déficit de R\$ 15,43 bilhões. Em março de 2023, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 20,3 bilhões, enquanto o Tesouro Nacional e o Banco Central apresentaram superávit de R\$ 13,3 bilhões. No acumulado em 12 meses (até março de 2023) o Governo Central registra superávit primário de R\$ 36,5 bilhões. Tais cifras consideram valores reais, atualizados a preços de março de 2023 pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Receita vai dar prazo para empresas regularizem pagamento de impostos após decisão do STJ

Poder Executivo | **28/04/2023 – 12h58min**

Após vitória no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Receita Federal vai dar um prazo para que as empresas se regularizem de acordo com a interpretação dada pela Corte a respeito da cobrança de impostos federais sobre benefícios fiscais concedidos pelos estados por meio do ICMS. Na quarta-feira, o STJ autorizou por unanimidade que a União cobre dois impostos federais sobre benefícios fiscais concedidos no ICMS. A decisão foi uma vitória para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que espera, com a medida, arrecadar até R\$ 90 bilhões. O aumento de receita é necessário para cumprir as metas previstas no arcabouço fiscal. O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), porém, determinou a suspensão do julgamento, o que adia a eficácia jurídica da decisão para quem tem ações em curso. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Inflação na indústria fica em -0,66% em março

Poder Executivo | 28/04/2023 – 09h24min

Os preços da indústria variaram -0,66% em março frente a fevereiro. O acumulado no ano também atingiu -0,66%, segundo menor resultado já registrado para um mês de março desde o início da série histórica em 2014. O acumulado em 12 meses ficou em -2,32%. Os dados do Índice de Preços ao Produtor (IPP), divulgados na sexta-feira (28) pelo IBGE, mostram que, em março, 12 das 24 atividades industriais investigadas na pesquisa tiveram variações negativas em relação a fevereiro. As quatro variações mais intensas foram: refino de petróleo e biocombustíveis (-4,10%), papel e celulose (-2,42%), outros produtos químicos (-1,41%) e calçados e produtos de couro (1,28%). Refino de petróleo e biocombustíveis foi o setor industrial de maior destaque na composição do resultado agregado na comparação mensal. A atividade foi responsável por -0,48 ponto percentual (p.p.) de influência na variação de -0,66% da indústria geral. Ainda nesse quesito, outras atividades que também se destacaram foram outros produtos químicos, com -0,12 p.p. de influência, alimentos (-0,11 p.p.) e papel e celulose (-0,08 p.p.). Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Recursos do BID bancarão mecanismo garantidor para financiamento de PPPs

Poder Executivo | 27/04/2023 – 22h44min

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) do Ministério do Planejamento aprovou na quinta, 27, a operação de empréstimo de US\$ 100 milhões entre o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID) para o Ministério das Comunicações. Estes recursos terão como destino a estruturação do mecanismo garantidor para que pequenos provedores de Internet possam ter acesso a financiamentos de infraestrutura. O projeto, segundo apurou este noticiário, prevê que o BNDES administre os recursos recebidos do BID de modo a garantir a carteira de crédito de bancos que emprestem para PPPs. A integralidade dos recursos recebidos será utilizada como garantia. Mais especificamente, o Fust vai repassar os recursos ao BNDES para que o banco emita garantias a instituições financeiras públicas e privadas na provisão de crédito ao segmento de PPPs, com prioridade para aqueles que buscam financiamento para investimento em expansão de banda larga alinhados as políticas públicas definidas para uso dos recursos do Fust. Além dessas garantias, o projeto prevê outros mecanismos financeiros para facilitar o acesso de pequenos provedores a crédito. Também está previsto o desenvolvimento de um sistema informatizado de avaliação automatizada de nota de crédito de PPPs, que será utilizado pelos bancos para avaliarem questões operacionais e financeiras de cada empresa, como área de atuação, receita estimada, redes implantadas etc, como um instrumento compartilhado com informações de avaliação de risco. A expectativa é que o contrato do BID com o Minicom seja assinado até o final do ano e que em 2024 o mecanismo esteja em funcionamento, e que as linhas de financiamento gerem R\$ 2,5 bilhões em investimentos.

Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Haddad destaca eficiência econômica, fortalecimento de programas sociais e reordenamento das contas do governo

Poder Executivo | 27/04/2023 – 17h19min

O comprometimento do governo em redirecionar o Brasil para o desenvolvimento com sustentabilidade fiscal, social e ambiental, foi reforçado na quinta-feira (27/4) pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em sessão de debates no plenário do Senado Federal. “Temos que voltar a ter transparência nas contas públicas. Esse é o nosso compromisso” declarou Haddad. “Quem produz riqueza nesse país é o trabalhador, o

empresário. Não é na conta deles que tem que cair qualquer tipo de ajuste. É preciso cobrar de quem não paga, ajustar as contas, ajustar o juro e fazer esse país crescer novamente”. Ele participou da 38ª reunião de Debates Temáticos do Senado Federal, convocada para discutir o tema “Juros, Inflação e Crescimento”. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, também esteve presente. Ao explicar o conjunto de ajustes que estão sendo executados e propostos pelo governo, o ministro Haddad destacou o cenário crítico da economia nacional verificado na virada de 2022 para 2023. “O ano de 2022 foi absolutamente atípico. As estimativas do Tesouro Nacional são de que, em virtude do último processo eleitoral, foram gastos valores, em termos de renúncia de receitas e aumento de despesas, consideradas as três esferas de governo, da ordem R\$ 300 bilhões, recursos que o Brasil não dispunha. O impacto negativo não se resume ao passado, lembrou o ministro, ao destacar que outras decisões anteriores precisam ser revistas, pelo potencial de impactar o futuro das contas públicas. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

MEC retoma investimentos para melhorar educação

Poder Executivo | 27/04/2023 – 13h07min

O Brasil, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), comprometeu-se, através de 20 metas, em ampliar a oferta e a qualidade da educação nacional. Os desafios são grandes, principalmente em um país com as dimensões do Brasil. Na educação básica, por exemplo, foram registradas 47,4 milhões de matrículas, considerando toda a etapa de ensino, em 178,3 mil escolas, de acordo com os dados do Censo Escolar 2022. Na educação superior, o Censo da Educação Superior 2021 registrou 2.574 instituições de ensino. Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Na pós-graduação, são 325 mil pessoas matriculadas em mais de 7 mil cursos de mestrado e doutorado, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O MEC vem reforçando seu compromisso com uma educação básica de qualidade. Para isso, a atual gestão elegeu o tripé alfabetização, ensino em integral e escolas conectadas como prioridade, e também já anunciou a retomada de investimentos e políticas na educação superior e na educação profissional e tecnológica. Nos quatro primeiros meses de governo, já foram anunciados investimentos superiores a todo o ano de 2022. Desde o início de 2023, o MEC ampliou o número de bolsas e reajustou seus valores, retomou 3,5 mil obras em escolas, aumentou o repasse para a alimentação escolar, reativou o Fórum Nacional de Educação e o diálogo, relançou o Programa Mulheres Mil e iniciou o planejamento do que trata como tripé da atual gestão: alfabetização na idade certa, educação em tempo integral e escolas conectadas. Fonte: ASCOM MEC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

FGTS: incerteza sobre votação no STF trava pacote de incentivos ao setor de construção

Poder Judiciário | 28/04/2023 – 10h33min

A incerteza causada pelo processo que discute no Supremo Tribunal Federal (STF) uma possível mudança na remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) vai atrasar o anúncio de um pacote de incentivos para o setor da construção que o governo Lula vem preparando e que estava previsto para as próximas semanas. Como o FGTS é a principal fonte de financiamentos para a compra e a construção de moradias no Minha Casa Minha Vida (MCMV), a definição das medidas de incentivo para o programa habitacional

depende do orçamento disponível no fundo. O Ministério das Cidades está discutindo com empresários da construção um conjunto de medidas para turbinar o MCMV. Entre os temas em análise está uma possível elevação do valor máximo dos imóveis enquadrados no programa. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Prorrogado para 7 de maio prazo para envio de propostas de enunciados à I Jornada de Direito da Seguridade Social

Poder Judiciário | 27/04/2023 – 17h50min

O prazo para o envio de proposições de enunciados à I Jornada de Direito da Seguridade Social foi prorrogado para o dia 7 de maio. O evento será realizado nos dias 22 e 23 de junho, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília. A coordenadora científica da Jornada, ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Assusete Magalhães, espera que haja um grande engajamento da comunidade jurídica no envio de propostas. Os interessados devem encaminhar suas proposições pelo formulário disponível no Portal do CJF. A ministra destacou o impacto para a sociedade brasileira de uma jornada voltada para esse tema. "A jornada supre uma lacuna importante na tradição de tais eventos, notadamente na temática da previdência e da assistência Social, que diz muito de perto com o cotidiano da sociedade brasileira, num país em que uma grande maioria da população é marcada pela vulnerabilidade econômica e social", explicou Assusete Magalhães. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Página de Repetitivos e IACs Anotados inclui julgados sobre CSLL e IR

Poder Judiciário | 27/04/2023 – 09h10min

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) atualizou a base de dados de Repetitivos e IACs Anotados. Foram incluídas informações a respeito do julgamento dos Recursos Especiais 1.986.304, 1.996.013, 1.996.014, 1.996.685 e 1.996.784, classificados no ramo do direito tributário, nos assuntos CSLL e IR. Os acórdãos estabelecem a incidência da contribuição social sobre o lucro líquido e do imposto de renda sobre a correção monetária das aplicações financeiras. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Relator da nova âncora fiscal deve entregar parecer na segunda semana de maio

Poder Legislativo | 28/04/2023 – 13h02min

Relator do projeto do novo arcabouço fiscal, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) deve entregar o parecer com as novas regras na segunda semana de maio. O parlamentar baiano se dedicará na próxima semana a uma maratona de reuniões com bancadas partidárias para colher sugestões de alterações no texto encaminhado ao Congresso pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Representantes do mercado financeiro também estão sendo consultados. Ao Valor, o relator disse que no fim da semana que vem deve "começar a pontuar mais definitivamente" o parecer que será protocolado para apreciação dos parlamentares. Segundo fontes, a expectativa é que um requerimento de urgência seja colocado em votação pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), assim que o relatório for apresentado. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator protocola parecer do PL das Fake News

Poder Legislativo | 28/04/2023 – 12h27min

O relator do Projeto de Lei (PL) 2.630/20, que cria regras para o combate às fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), protocolou na noite da quinta-feira (27) seu parecer. Conhecido como PL das Fake News, o projeto começa a ser analisado pelos parlamentares na próxima terça-feira, 2 de maio. O PL institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, que estabelece normas e mecanismos de transparência para provedores de redes sociais, ferramentas de busca e de mensagens instantâneas, bem como as diretrizes para seu uso. O texto ressalta que tais medidas não implicarão em restrição à liberdade de expressão nem a manifestações artísticas, intelectuais ou de conteúdos satíricos, religiosos, políticos, ficcionais, literários “ou qualquer outra forma de manifestação cultural”. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão aprova projeto que facilita parcelamento de débito de microempresa com o Simples

Poder Legislativo | 28/04/2023 – 11h42min

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 148/22, do deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF), que busca facilitar a renegociação de débitos de micros e pequenas empresas com o Simples Nacional. O texto determina ao Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) a disponibilização de um sistema informatizado para facilitar a interação dos empresários com débitos tributários e permitir que estes apresentem propostas de parcelamento da dívida. Criado pelo Estatuto da Micro e Pequena Empresa, o CGSN é responsável por regulamentar os aspectos tributários do Simples Nacional, como opção, exclusão e fiscalização. O comitê também define as regras de parcelamento das dívidas, que devem ser seguidas pelos pequenos empresários. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula 3 busca equilíbrio entre novo cenário global e questões internas para avançar agenda de política externa

Poder Executivo | 28/04/2023 – 04h30min

Tentando recolocar o Brasil no cenário internacional após quatro anos de governo Bolsonaro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou 18 dos 120 dias iniciais de seu mandato fora — foram quatro viagens por sete países. Mas suas declarações sobre a guerra na Ucrânia e contratempos internos acabaram muitas vezes atraindo mais os holofotes do que as dezenas de acordos fechados durante as viagens. O complicado equilíbrio entre política interna e externa é um desafio para o presidente, além de suas falas improvisadas, analisam especialistas ouvidos pelo GLOBO. As mudanças no cenário internacional nos últimos 20 anos também podem atrapalhar o objetivo de Lula, assim como a entrada em cena de um novo ator, as redes sociais. O presidente deu o pontapé inicial em sua agenda internacional ainda em janeiro, com uma passagem pela Argentina, onde se encontrou com o presidente Alberto Fernández e participou da cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), antes de fazer uma escala em Montevidéu. No mês seguinte, embarcou para três dias em Washington, com compromissos que incluíram um encontro com o presidente Joe Biden e o anúncio de apoio dos EUA ao Fundo Amazônia. Em março, passou cinco dias na China, onde assinou 15 acordos, a maioria comerciais e de cooperação, e deu declarações vistas como antagônicas a Washington em um momento de forte rivalidade entre as duas potências. Fonte: O Globo

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br